

30º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2006

Grupo de Trabalho
Migrações Internacionais

**Náufragos, migrantes e refugiados.
A construção e negociação de categorias em situações de deslocamento.**

Pilar Uriarte Bálamo

Introdução

África é um continente fortemente marcado pelos deslocamentos das mais diversas escalas, regional, internacional e intercontinental. Os dados da ONU (2006) apontam este continente como sendo o que produz um maior número de migrantes internacionais, um número que vem gradativamente. Em 1970, calculava-se em torno de nove milhões de africanos fora de seu país de origem, para 2006 o número estimado é de dezesseis milhões. A África também tem tido um papel relevante na produção de refugiados, representando a terceira parte, ou mais, do total de refugiados no planeta (Black, 2004).

As causas desta alta mobilidade de pessoas envolvem muitos elementos que não podem ser analisados de forma isolada. Eles conformam uma rede complexa de situações em que motivações pessoais e contextos sócio-históricos se combinam e determinam mutuamente. Os deslocamentos envolvem diferentes graus de dominação, violência e iniciativa pessoal. A partir das situações a partir das quais os deslocamentos se produzem, seus protagonistas são classificados em diferentes categorias. Esta operação classificatória não refere às condições objetivas ou externas, mas a formas historicamente contextualizadas de compreender e significar processos de traslado geográfico (Sayad, 1998; Delgado, 2003; Ibrahim, 2005).

A idéia de migração enquanto o fenômeno de traslado de um local a outro, está diretamente vinculada aos conceitos de estado, nação e fronteiras, entendidos não como realidades pré-existentes, mas como construções historicamente datadas. Os ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais que surgem desses estados dão marco e inscrevem as categorias de imigrantes, refugiados e deslocados internos. Da perspectiva jurídica, o pertencimento a cada uma destas categorias responde às características de cada processo migratório, envolvendo desde a situação de origem até o local de destino. Essas características são entendidas como elementos objetivos e passíveis de comprovação.

Ao trabalhar desde uma perspectiva antropológica, focaliza-se na atribuição de categorias como um processo de negociação entre diferentes agentes a partir de realidades complexas e dinâmicas. Desaparece então o

intuito probatório, colocando-se o interesse na possibilidade de compreender a migração enquanto um processo social que coloca em jogo várias categorias habitualmente naturalizadas e que obriga aos sujeitos a repensar identidades e pertencimentos (Bigler e Kraler, 2005). O estabelecimento de categorias como nacional, estrangeiro e migrante é abordado então como um processo de negociação no qual se priorizam e ordenam situações diversas, escolhendo alguns elementos como determinantes da situação e do estatuto jurídico do indivíduo em situação de deslocamento.

Neste artigo, focalizo sobre o processo de atribuição do estatuto de refugiados e imigrantes no caso de jovens africanos em Uruguai e Venezuela. Este será abordado, não como um processo unidirecional de imposição dos órgãos administrativos a uma população passiva. Proponho-me a entender a forma em que essas categorias são significadas pelos sujeitos incluídos nela a partir de diferentes concepções de obrigações, direitos e privilégios e como os mecanismos de jurídicos locais são avaliados em função das idéias que cada um destes sujeitos tem sobre as categorias de refugio, migração e cidadania a escala nacional e global.

O processo migratório e os diferentes mecanismos jurídicos nacionais e internacionais que ele aciona são abordados aqui como processos sociais, e analisados a partir da sua construção concreta no marco de negociações sociais mais amplas.

Náufragos e *polizones*¹ no contexto das migrações.

Desde o tráfico de escravos dos séculos XVII e XVIII, até os milhares de pessoas que na atualidade tentam ingressar à Europa em embarcações precárias através das Ilhas Canárias, a história do continente africano tem sido marcada pelos traslados de seres humanos. Esses deslocamentos evoluem traslados intercontinentais, mas também uma importante mobilidade regional. Em muitos casos esses movimentos envolvem altos graus de violência, mas muitos autores chamam a atenção para não perder de vista o papel de

¹ A palavra *polizón* ou *polizante* tomada como empréstimo do espanhol (*stowaway* no inglês) não tem tradução direta ao português. O termo caracteriza um tipo particular de viajante em navios de forma clandestina.

resistência que essa mobilidade teve ao longo da história (Gilroy, 2001). É importante tomar cuidado para não reificar os processos migratórios separando-os do contexto social onde se produzem das condições que levam aos sujeitos a efetuar seus traslados e que são absolutamente necessárias para entender seu significado.

A migração tem sido uma parte integrante dos mercados de trabalho e de sobrevivência ao longo do continente africano no mínimo durante o último século. Através do tempo e em diferentes lugares ela tem tomado diferentes formas. Isso inclui movimentos internos, regionais e internacionais. A migração tem atravessado classes e fronteiras e existe em uma ampla quantidade de contextos demográficos. Representa uma importante estratégia de sobrevivência para lares pobres em busca de diversificar seus recursos, mas é também uma característica dos que estão melhor economicamente e de fato, das elites africanas. (Black, 2004, 5) [tradução minha].

Neste trabalho, à diferença de muitos trabalhos que abordam o fenômeno migratório, o recorte analítico se realiza em função do procedimento escolhido para realizar o traslado e não das causas que levam a estas pessoas a migrar. Abordaremos um fenômeno migratório específico característico de adolescentes e adultos de sexo masculino em África Ocidental. Trata-se de pessoas que saem dos principais portos da região, fundamentalmente Lagos em Nigéria e Abidjan em Costa de Marfim, escondidos em navios de carga, tentando chegar diretamente à Europa ou a outros países de África, desde onde possam continuar a travessia, cujo ideal de destino são países como França, Holanda e Inglaterra.

Um número crescente de jovens se envolve em aventuras temerárias para conseguir chegar à Europa. Os movimentos são cada vez mais clandestinos, envolvendo passagens de alto risco e tráfico (...). *Polizones* fazem viagens perigosas escondidos em barcos com destino ao sul de Europa, e recentemente têm escolhido destinos como Ásia Oriental. Agentes inescrupulosos exploram esses jovens com promessas de passagens para Itália, Espanha e França (Adepoju, 2004, 02) [tradução minha].

Em alguns casos, esses jovens logram seu objetivo desembarcando diferentes portos da Europa, mas em outros, talvez na maioria, acabam tendo sortes muito diversas, chegando a outros locais, ou em muitos casos sendo lançados ao mar. Resulta ser muito difícil medir em números totais a quantidade

de pessoas que saem de diferentes pontos do continente. O fato de embarcarem escondidos de forma irregular e a participação de redes de mediadores no acesso aos barcos, que podem configurar redes clandestinas de tráfico de pessoas, obscurece esse número no momento da partida. Também resulta difícil conhecer este número no local de destino, já que é impossível saber quantas pessoas conseguem sobreviver à travessia, devido às condições em que se ocultam no navio, por causa de abusos da tripulação uma vez que são descobertos, ou diretamente pelo abandono no mar. Não sendo possível recorrer a dados estatísticos, a contextualização do caso deve se realizar a partir de outros casos conhecidos de forma direta, assim como de pesquisas bibliográficas e de pesquisas na imprensa internacional.

Nos casos que analisarei neste artigo o destino das embarcações e dos passageiros clandestinos nelas foi América do Sul. Esses casos chamaram nossa atenção num primeiro momento, por suas características dramáticas e porque pensávamos se tratava de casos bastante particulares. Ao aprofundar a pesquisa bibliográfica tentando contextualizar esses casos num panorama mais amplo dos movimentos migratórios, vimos que, longe de se tratar de casos únicos, eles faziam parte de procedimentos muito comuns, tanto no que refere a os jovens abordarem os barcos, quanto às atitudes dos capitães desses que tendo encontrado os essas pessoas no interior do navio.

Assim, se as particularidades do tema nos levaram a recortar o objeto de pesquisa neste sentido, ele representou um ganho na medida em que permitiu desconstruir e relativizar alguns dos pressupostos sobre as motivações da migração. Em geral estas motivações que levam aos diferentes sujeitos a migrar são classificadas em dois grupos, migrações forçadas ou migrações econômicas. A diversidade de origens nacionais, idades, trajetórias de motivações pessoais destes migrantes permitem ressaltar a complexidade e irredutibilidade dos processos migratórios a variáveis preconcebidas. A partir da análise das trajetórias das pessoas reunidas por estes eventos migratórios comuns, podemos observar que o processo migratório não pode ser reduzido a um acontecimento concreto, mas que envolve uma seqüência de deslocamentos, nos quais elementos dificuldades econômicas e políticas se misturam e onde duas categorias como migração forçada ou migração por

opção não são nitidamente aplicáveis. Ao conversar com as pessoas envolvidas no fenômeno migratório, podemos observar também que seus projetos de vida, que na maioria dos casos prevê uma continuidade da migração, não realizam distinções nítidas entre projetos culturais, políticos, familiares ou econômicos.

As limitações da pesquisa fizeram com que o trabalho de campo se realizasse unicamente nos locais de destino desses jovens. O processo migratório, que deve ser entendido como um todo em suas diferentes etapas, será neste artigo reconstruído no sentido inverso ao que ele se realiza, a partir da visão de seus protagonistas com certo tempo de perspectiva em relação ao momento de partida. Por outro lado, esta distância permite uma maior reflexividade em relação ao processo de integração à sociedade de destino e uma avaliação mais assentada das vantagens e dificuldades da migração e dos projetos de vida associados a ela. Essa distância permite também analisar os processos de aquisição de diferentes papéis sociais e estatutos legais que viabilizam de formas diferentes a permanência dessas pessoas na sociedade de destino.

Todo e qualquer processo migratório gera situações de confronto com “o outro” em duas direções. Por um lado, para as pessoas da sociedade que recebe aos estrangeiros, quanto para os sujeitos migrantes, inseridos numa nova sociedade com a que precisam aprender a interagir. O confronto com o sistema burocrático e jurídico gera situações particularmente propícias para analisar esse processo de alterização, promovendo a reflexividade em torno aos conteúdos de identidades nacionais, regionais, étnicas, raciais, assim como das diferentes categorias de direitos em que essas identidades se inscrevem, refugiados, cidadãos, migrantes, trabalhadores, etc. Ao mesmo tempo o longo processo burocrático pelo qual, os sujeitos atravessam, mostra como essas categorias são dinâmicas e vão sendo modificadas, reconsideradas e recriadas em situações diversas.

A pesquisa de campo em Venezuela e Uruguai se realizou de forma diferente. No primeiro caso, o trabalho etnográfico esteve associado à realização de um documentário. A pesquisa foi realizada na costa oriental da Venezuela, nas cidades de Irapa e Soro e na capital, Caracas, durante o primeiro semestre de 2005. Durante esse período fomos atrás de histórias de oito náufragos

provenientes da Costa do Marfim, encontrados por uma embarcação de pescadores em janeiro de 2001. Contatamos seis deles, com os quais realizamos pelo menos uma entrevista formal e outros encontros informais. Entrevistamos também as pessoas que os receberam e que de diferentes formas participaram do processo de inserção dos 'africanos' na realidade venezuelana. Estas pessoas compreendem autoridades e funcionários dos serviços médicos onde foram atendidos depois do resgate, autoridades do governo e prefeitura que atuavam nesse momento, assim como diferentes pessoas envolvidas de forma mais ou menos formal nas redes sociais destes jovens, tanto no momento da chegada, como atualmente. Foram entrevistadas também pessoas vinculadas a âmbitos institucionais e à sociedade civil que participaram na regularização de sua situação jurídica através da tramitação do Estatuto dos Refugiados no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A pesquisa também deu relevo aos históricos clínicos do hospital onde os imigrantes foram ingressados, assim como aos registros de imprensa do momento em que eles foram encontrados.²

No caso de Uruguai, a pesquisa teve lugar na cidade de Maldonado, onde mora o grupo de quatro jovens de origem nigeriano. No dia 24 de maio de 2005, eles foram encontrados em águas territoriais uruguaias por um navio polaco. Tinham sido abandonados numa balsa pelo capitão de um navio, também de bandeira turca, que saíra do Porto de Lagos, Nigéria. Após um aviso à marinha uruguia, eles foram resgatados por um helicóptero no meio de uma forte tormenta. Tivemos conhecimento deste caso através da imprensa, o contato com este grupo estabeleceu-se diretamente em função da pesquisa. O trabalho etnográfico se realizou durante um período de tempo prolongado em encontros mais espaçados na cidade de Maldonado, onde foram levados logo após o resgate e onde moram atualmente. Neste caso também foram entrevistadas outras pessoas vinculadas às redes sociais destes jovens, assim como foram realizadas entrevistas formais com instituições e diferentes organismos

² A pesquisa foi realizada por uma equipe composta por mais quatro pessoas, Maria Carolina Hidalgo, César Marín, Milena Plata e Miguel Ángel López. Os dados e depoimentos aqui utilizados foram levantados em diferentes situações pelas pessoas integrantes da equipe, não necessariamente em presença dos quatro integrantes.

vinculados a instituições e organizações de assistência jurídica e social aos migrantes e refugiados.

Parte importante do contato estabelecido com os estes jovens foi em conversas através de diferentes meios de comunicação como telefone e internet. Este tipo de tecnologia, bastante utilizada por eles para entrar em contato com familiares ou amigos que se encontram no país de origem ou no exterior, foi aproveitado na pesquisa para aprofundar dados obtidos em encontro anteriores e para marcar novos encontros. Fundamentalmente, o uso destes elementos permitiu dar continuidade ao vínculo entre pesquisadora e informante, que de outra forma teria sido impossível, em função das distancias entre os lugares de moradia de cada um.

A partida, lugares e decisões

Tanto Nigéria quanto Costa do Marfim têm posições particularmente importantes nas dinâmicas migratórias regionais. Juntamente com Gana, estes países representam os principais pólos de atração de população estrangeira na África Ocidental (Adepoju, 2005 a, 2005 b). Segundo dados atuais das Nações Unidas, a Costa do Marfim se encontra entre os primeiros vinte países que recebem mais migrantes internacionais no mundo (ONU, 2006). Com uma população de mais de 16 milhões de habitantes é uma das regiões mais ricas do continente.

Esse papel privilegiado na recepção de imigrantes cresceu durante as décadas de 60 e 70, mas foi a partir das dificuldades econômicas do final da década de 80 e das decorrentes instabilidades políticas que os padrões de mobilidade na região têm-se modificado, gerando dinâmicas complexas de imigração e emigração. Assim, enquanto o país mantém a liderança em recepção de migrantes com relação a outros países, também representa um dos portos com maior saída de pessoas, tanto de população nacional como dos próprios imigrantes que recebe (Adepoju, 2004).

Tal tendência à saída de população se acentuou no início do ano 2000, com a eclosão da guerra civil dentro do próprio território da Costa do Marfim. A

partir de 1999, a reputação do país como uma âncora da paz na região começou a cair, em função do golpe militar vivenciado por ele, além de focos de violência no seio da população civil. Gerou-se também um importante aumento da xenofobia, na medida em que os nacionais entendiam o conflito dentro de seu território como uma extensão dos conflitos bélicos presentes em países limítrofes. A guerra expulsou no mínimo cerca de 600.000 pessoas de suas casas, sendo que, dentre elas, aproximadamente 80.000 eram migrantes ou refugiados, algumas das quais retornaram aos países de origem (Drumtra, 2003). Contudo, um importante número de estrangeiros e nacionais que sobreviveram a esse período ainda não regressou ao país de origem, seja por falta de condições para concretizar esse retorno, seja por ter re-elaborado seus projetos de vida no novo local.

O primeiro caso que vamos trabalhar trata-se de um grupo de oito refugiados de diferentes países de África Ocidental e Central que chegaram à Venezuela em janeiro de 2001. Trata-se de um grupo heterogêneo, de variadas posições socioeconômicas, todos eles de sexo masculino, entre os 17 e os 32 anos (no momento da partida) e que começaram a viagem por diferentes motivos. Apesar de terem saído do mesmo porto somente dois deles eram originários da Costa do Marfim. O restante possuía origem diversa, sendo dois provenientes do Congo e os outros originários da Nigéria, de Serra Leoa, do Togo e de Gana. Todos os estrangeiros encontravam-se no país a mais de dois anos e não tinham família ou vínculos próximos. Antes de partir encontravam-se empregados em diferentes atividades, em muitos casos estavam vinculados ao porto na cidade de Abidjan, capital e principal centro comercial do país. Dois deles estavam diretamente envolvidos com atividades políticas, dois deles já tinham o estatuto de refugiados.

Na sua condição de estrangeiros ou de nacionais envolvidos em confrontos políticos, a situação de instabilidade política e a crise na economia teve direta vinculação com a tomada de decisão de partida dentro do barco. Ao falar das motivações e das diferentes situações pelas que cada uma destas pessoas atravessou até chegar à Venezuela e as expectativas em função ao trajeto uma vez no novo país, os seis entrevistados referem-se com diferentes

ênfases à necessidade de sair de uma situação de insegurança e a vontade de construir uma nova vida longe sem as dificuldades pelas que estavam atravessando.

Leonard é originário de Costa de Marfim tinha 28 anos no momento de partir, apesar de que ele diz não gostar de política, todos na sua família têm uma trajetória de governo e estão fortemente envolvidos nos conflitos políticos do país. Ele tem estudos terciários em turismo e trabalhava na área. Além do francês, a língua oficial de seu país, ele fala inglês e outras quatro línguas africanas, além da língua tradicional de sua família. Para Leandro, a opção de sair do país escondido em um barco foi escolhida em função de ser “uma das mais seguras”. Mais do que se esconder, a saída do país lhe permitiria se afastar definitivamente dos conflitos.

Mi padre fue político, era secretario de un partido político allá, que estaba luchando por el poder también. Pero entonces mataron al presidente y fue un militar que tomó el poder, y dijo, que si tú cortas un árbol hay que cortarlo hasta la raíz. Eso significa que todo alrededor hay que cortar. ¿Tú vas a escuchar eso y te vas a quedar ahí? Si te agarran te matan, entonces que hay que hacer, hay que salvar tu vida. Así fue que yo decidí meterme en barco.

Em uma situação um pouco diferente encontravam-se James e Sebastian, que não tinham vinculações diretas com a problemática política no país, mas que estavam sendo afetados pela situação de guerra presente no país. Sebastian, originário de Costa de Marfim tinha 19 anos no momento da partida e trabalhava no porto. Ele explica sua partida nos seguintes termos.

Nosotros íbamos en cualquier sitio. Cualquier país, no como venimos en Venezuela... o venimos en Colombia, no, nosotros íbamos en cualquier sitio a refugiarnos. Por los problemas de su país, de cada quien que tiene problemas en su país, como yo [Costa do Marfim] como en el Congo, o como Togo, cualquier país.

James tinha 32 anos no momento da partida, originário de Togo, encontrava-se na Costa do Marfim por motivos basicamente econômicos. Trabalhava no porto de Abidjan e tomou a decisão de viajar na procura de um futuro melhor na Europa, e não diretamente fugindo de perseguições. Contudo, os dois eram claramente afetados pela situação de insegurança em que o país

se encontrava. Para Cliff e Joseph, que se encontravam refugiados por causa da guerra no seu país de origem, Congo, a possibilidade de encontrar mais eventos de violência em função dos focos de xenofobia foi um elemento importante para tomar a decisão de partir.

Yo estaba en un país en guerra. Cuando tú estás en un país en guerra, lo primero que busca la gente siempre es matar a los extranjeros. La gente siempre aprovecha del extranjero, para robar su dinero, para robar todo lo que tiene. Entonces, nosotros ya teníamos miedo, para poder vivir en un país así, que ya escuchamos que mandaron a matar gente de Burkina Faso, que los tiraron al agua, que muchas cosas...

Mandaron a golpear al primer ministro de nuestro país, ahí en Costa de Marfil, y el hombre se fue corriendo para Francia, como tenía plata. Y otros ministros también se fueron. Entonces yo le dije a Jonathan, nosotros no tenemos recursos, aquí no puede agarrar avión. Como nosotros somos refugiados aquí, ellos no van a permitir que tú agarres avión. No vamos a esperar al día que empiecen a sacar a la gente para que el ACNUR empiece a sacar a la gente.

Entonces fue lo que hablamos nosotros. Con los pocos recursos que nosotros tenemos vamos a pagar, vamos no para Senegal.

Assim como Costa de Marfim, Nigéria e um país fortemente envolvido em dinâmicas migratórias, regionais e intercontinentais. Isto inclui não somente as redes clandestinas profissionalizadas em evitar os controles de fronteiras, mas também redes de tráfico de crianças e mulheres fundamentalmente orientadas ao trabalho sexual (Carling, 2005). Essas dinâmicas de tráfico de pessoas fazem parte de um contexto migratório maior. As pesquisas sobre migração, geralmente focalizam nestas redes, e pouco se sabe sobre a grande maioria da população de migrantes nigerianos, que conformam uma diáspora. Se calcula aproximadamente 200.000 nigerianos com residência legal em diferentes países de Europa (Carling, 2005). Nos Estados Unidos o número é de aproximadamente 134.000 (Black, 2004). Se a maioria dos países de África Ocidental perderam população entre 1995 e 2000, particularmente em Gana e Nigéria tem se produzido um processo de inversão das dinâmicas migratórias, passando de serem países receptores de imigrantes a países emissores de migrantes (DRCMGP, 2004).

Diferentemente da situação de Abidjan, os quatro jovens de Lagos não decidiram sua saída em função de uma situação de crise, política ou econômica,

mas em função da oportunidade de concretizar um projeto sempre presente de migrar. Os quatro trabalhavam no porto de Lagos em atividades de estiva, nenhum deles tinha algum tipo de envolvimento político e ao falar sobre as motivações que os fizeram abordar o barco, não são mencionadas atividades políticas ou outros tipos de conflitos que levassem eles a fugir do lugar de origem. Mesmo originários de Nigéria, dois deles de Lagos, a migração enquanto um projeto está inscrita na suas biografias. Sonny, que tinha 26 anos quando chegou a Uruguai já tinha realizado várias viagens em navios tentando sair do país.

Yo conozco muchos países de África, estuve en Senegal, en Costa de Marfil y en Ghana. Siempre fui en barco, pero cuando llegaba me mandaban para Nigéria de nuevo. Esta vez tuve suerte. Un señor me ayudo. Un señor muy bueno, que ayuda a los jóvenes a salir. El quiere que cada uno haga su vida. El me dijo que fuera en ese barco.

Também para William, abordar o barco foi uma forma de realizar o projeto migratório. Com 25 anos, ele tem duas irmãs mais novas, que estão estudando na Nigéria e sua mãe tem dificuldades para trabalhar devido a problemas de saúde. Do lado do seu pai, a família está mais dispersa. O pai cassou com várias mulheres e na atualidade ele não sabe quantos irmãos tem, nem pode dizer exatamente onde todos eles se encontram. William explica que várias vezes já pediu ajuda para seus irmãos maiores que se encontram na Holanda e França, para viajar ele também.

Yo les pedí muchas veces que me ayudaran. Ellos nunca hicieron nada... No se puede confiar, yo no quería quedarme esperando, entonces me fui en el barco. No le dije a nadie que me iba, solo a mi hermano. Porque cuando hay mucha gente, el capitán puede matar a todos. Entonces, mi hermano era el único que tenía fuerza en el corazón. Si le decía a mi novia... o a mi madre... ella se iba a poner a llorar, me iba a encerrar, no me iba a dejar ir...

Assim como no caso de Abidjan os quatro jovens nigerianos que abordaram o barco que os trouxe até Uruguai, não conformavam um grupo, nem tomaram a decisão de viajar juntos, mas em grupos de duas pessoas. Simon e Marcus são irmãos, trabalhavam juntos, e juntos decidiram sair de Nigéria em barco. Simon diz que ele já conhecia outras pessoas que tinham feito a mesma

coisa e se encontravam na Europa. Marcus explica que quem teve a idéia de sair em barco foi seu irmão, que sempre ficava insistindo para isso. Mas quem escolheu o barco foi ele, viu o barco e disse “*ese, en ese barco nos vamos*”, e foi nele que chegaram a Uruguai.

As duas situações de partida, em Lagos e em Abidjan são claramente diferentes, enquanto que a primeira aparece como mais relacionada ao projetos pessoais de melhora nas condições de vida, os relatos das pessoas que saíram de Costa de Marfim são todos relacionados a situação de conflito que o país atravessava nesse momento. Essas diferenças têm direta relação com os processos de integração no lugar de chegada. Na Venezuela, os oito jovens entraram com um pedido de refugio, enquanto que em Uruguai foram realizados os trâmites de migração, como normalmente seriam realizados por qualquer outro migrante, diferenciando-se unicamente pelas características da travessia que estes jovens atravessaram.

Contudo, ao analisar o contexto das cidades de onde partiram em perspectiva com as trajetórias migratórias de cada um deles, podemos construir um plano complexo onde motivações econômicas e crises políticas se complementam. Mesmo que os momentos de partida tenham nítidas diferenças, se observamos a trajetória de alguns dos sujeitos participantes encontramos algumas características comuns que devem ser compreendidas no contexto das dinâmicas migratórias que foram descritas.

Assim como Sonny, que “*teve a sorte*” de chegar a Uruguai na sua quarta viagem de barco, também James, tem uma trajetória de traslados regionais e intercontinentais em diferentes meios de transporte. Em Togo, seu país de origem, deixou a mulher e uma filha e partiu para tentar a sorte na Holanda, onde ainda hoje mora parte da sua família. No seu retorno passou por outros países antes da Costa do Marfim. Segundo nos explicou, ao se esconder no barco, pretendia chegar a Europa, para novamente se estabelecer na Holanda. Franz, comerciante de tecidos, que contava dezenove anos no momento da travessia, nos disse ter saído de Gana, seu país de origem, com 16 anos. Sua partida resolveu-se por um lado em função de suas atividades comerciais, e por outro em função das condições de insegurança da região e dos conflitos políticos em que sua família se encontrava envolvida e que conduziram à morte

de seu pai. Tanto para Franz quanto para James, a escolha de Costa de Marfim como destino tem direta relação com as condições de paz e as facilidades econômicas que o país oferecia. Assim como no caso dos nigerianos, o trânsito de um lugar a outro não tem direta vinculação com as situações de confronto político ou conflito bélico na região, mas é uma decorrência de um contexto complexo. Neste contexto a crise política é uma entre outras situações que configuram um tipo específico de dinâmicas migratórias.

A chegada, negociações de identidades e de estatutos legais

Origem e cor, a demonstração de “africanidade”

A permanência legal destas pessoas no local de destino foi tramitada em grupo e por duas vias diferentes para aqueles que chegaram à Venezuela e Uruguai. O grupo de jovens que saíram de Costa de Marfim entrou com uma petição de refúgio. O processo até conseguir este estatuto levou aproximadamente um ano, e envolveu uma série de procedimentos complexos, incluindo o fato de essas pessoas passarem alguns dias na prisão. O grupo que chegou a Uruguai adquiriu a residência temporária com permissão de trabalho num período menor de tempo. Neste momento estão tramitando a residência permanente, e mesmo que também existiram dificuldades burocráticas e administrativas, os inconvenientes que passaram até a regularização da sua situação foram menores.

Olhando o contexto do qual os dois grupos partiram, parece bastante lógico que os provenientes de uma situação de conflito bélico adquiram o estatuto de refugiados, enquanto que aqueles que saíram por questões econômicas tramitassem um pedido de residência como migrantes. O fato do processo de obtenção do estatuto de refúgio ter sido mais complexo do que o processo até a obtenção da residência como trabalhadores imigrantes pode ser explicado a partir da realidade dos países aos que chegaram, fundamentalmente em função de suas estruturas demográficas.

Apesar de que ambos os países têm, nos fluxos imigratórios, uma parte importante da construção da idéia de nação; na atualidade contam com estruturas demográficas diferentes. Na Venezuela está se pensando a chegada

de estrangeiros, como imigrantes ou refugiados como um problema nacional, para o qual devem se estabelecer políticas. Ao contrário, no Uruguai, como uma estrutura demográfica excludente e com um crescimento populacional praticamente nulo, o problema a ser pensado e a retenção da população, fundamentalmente a mais jovem e com maior nível educacional (Pellegrino, 1988 – 1994).

A partir das particularidades de cada um dos casos, é possível estabelecer alguns pontos em comum entre os dois processos de integração a partir dos quais valorar semelhanças e diferenças. Um desses pontos em comum foi a necessidade de demonstração de “autenticidade” em relação à origem. Este é um ponto importante em qualquer processo de imigração, mas se acentua nestes casos, devido à particular situação em que a viagem se produz. Muitos dos depoimentos que coletamos das pessoas que estavam em Soro e Irapa no momento da chegada referem à primeira desconfiança sobre a origem dessas pessoas e as causas pelas que se encontravam nessa situação. O fenótipo negro, bastante escuro, o uso de línguas como francês e inglês e a situação em que se encontravam, foi associado à população vinda das ilhas do Caribe. O relato dessa dúvida, ao mesmo tempo em que reflete um tipo de visão sobre os estrangeiros ressaltam a particularidade concreta do caso, no fato de que ninguém iria pensar que eles pudessem vir da África numa balsa.

As versões sobre quais os elementos que deram credibilidade ao relato dos naufragos variam. Cliff disse ter guardado dentro do sapato a carteira de motorista, onde estava escrito seu nome e país de origem. Outros objetos como dinheiro foram utilizados para comprovar a origem. Hoje todo mundo em Irapa e Soro refere ao grupo como “os africanos”. Contudo, conversando com pessoas um pouco mais distantes da história notamos que ainda hoje, algumas pessoas mantêm dúvidas sobre a origem do grupo. Sebastian comenta a falta de credibilidade inicial,

Nadie nos creía que nosotros éramos de África.

- De África, no yo no creo ¿Como África? No ese es de Trinidad, ese viene de Trinidad.

- No, nosotros no somos de Trinidad,

Hasta todo el mundo. Hasta los de migración. Nadie nos creía a nosotros porque nosotros no teníamos ningún papel. Los había roto el capitán todos. Estábamos diciendo,

- No ese viene del Congo, ese viene de Costa de Marfil, ese viene de Togo, es viene de Ghana, ese viene de...
Nadie nos creía. Pensaban que veníamos de Trinidad, porque en Trinidad como hay negros... la gente pensaba que éramos de Trinidad.

Tanto no caso de Soro e Irapa, como de Maldonado, lugares onde os náufragos arribaram, nunca tinha acontecido uma evento similar. Mesmo os casos de pessoas chegando a porto como polizontes, escondidos em barcos, não recebem a mesma atenção por parte da imprensa, nem têm tanta repercussão entre a opinião pública. Nos casos de “naufrágio” como os que estamos analisando, as situações extremas e os riscos de vida pelos que as pessoas atravessaram são mais evidentes, envolvendo responsabilidade penal por parte do capitão do barco.

Esta particularidade na forma de chegar, sua falta de antecedentes e a pouca presença de migrantes africanos na região, em contraposição a pessoas com outras origens, desenvolveu uma série de sentimentos encontrados, entre a desconfiança e a fascinação. A improbabilidade da situação, somava-se a falta de elementos que de fato pudessem demonstrar a origem e a identidade, como documentos ou outros objetos para além dos relatos pessoais, que por outra parte, eram realizados em inglês ou francês, em países que falam espanhol.

Associada à origem africana e a legitimidade dos relatos dos náufragos se apresentavam questionamentos em torno a possibilidades problemas de saúde e de segurança. Associado ao ser estrangeiro, ao provir do mar e provavelmente a preconceitos raciais, as imagens de perigo se relacionam ao tráfico e outras formas de “crime”. Associada à imagem de África, esses perigos tomavam corpo em questões de saúde, epidemias e AIDS.

Essas duas noções tiveram que ser desconstruídas pelos próprios migrantes em interação com as pessoas integrantes da comunidade que os recebeu. A necessidade de tratamentos de recuperação por causa da desidratação e dos problemas de pele e hipotermia que levaram eles ao hospital, permitiram a aplicação uma série de exames. Os estigmas relacionados à possibilidade de representar um perigo social em potencial, vinculado ao tráfico, guerras ou atividades ilegais foi revertido pela ênfase nas situações difíceis pelas quais estavam atravessando nos países de origem, rapidamente

associadas pelo imaginário construído sobre África na comunidade de recepção. Fome, guerra e doenças, foram as três imagens mais utilizadas pelas pessoas que entrevistamos tanto em Venezuela como em Uruguai ao tentar explicar os motivos pelos quais estas pessoas estariam dispostas a atravessar o oceano nas condições em que eles o fizeram. A crueldade do tratamento recebido no barco e a responsabilidade do capitão sobre o risco de vida destas pessoas, colaboraram para a construção de uma imagem positiva dos “náufragos” em contraposição à tripulação do barco.

A idéia de africanidade está diretamente vinculada às idéias de raça e cor. A origem africana é associada não somente à pele negra, mas a um tipo particular de negritude, muito escura, e a pureza racial. Sendo avaliados como características positivas ou negativas, esses elementos estão muito presentes na hora de descrever os processos de integração quanto ao explicar as situações pelas quais eles atravessaram e sua resistência física que lhes permitiu sobreviver a elas.

Na Venezuela, a composição da população não permite a priori o reconhecimento de um estrangeiro ou de um africano a partir da cor da pele. Outros elementos, como as roupas, o sotaque e a atitude corporal acompanhando a cor são associados à idéia de estrangeiria. Contudo estas não podem ser entendidas como características exclusivas dos africanos, mas também das comunidades originárias de ilhas do caribe. A própria experiência de campo mostrou a impossibilidade de reconhecer o grupo de migrantes africanos a partir do fenótipo. Em locais com alta circulação de pessoas, onde as comunidades de migrantes de outras origens habitam a transitar, e onde podem ser ouvidas diferentes línguas e sotaques, resulta difícil reconhecer a simples vista os nacionais e os estrangeiros de diferentes origens. Contudo, não somente para os venezuelanos, mas também para os próprios migrantes, a pureza de sangue, associada à pureza racial, refletida na intensidade da cor da pele, resultava um elemento significativo para estabelecer as diferenças e as particularidades entre nacionais e africanos.

No caso uruguaio, em contraposição ao venezuelano, as diferenças de cor entre a população local e os migrantes é bem mais evidente. Mesmo entre a população considerada negra tem uma pigmentação bastante mais clara que os

migrantes. Associadas também ao sotaque, o estilo na vestimenta e a uma atitude corporal característica e diferenciada do resto da população, a particularidade e estrangeiria dos quatro jovens nigerianos em relação ao resto da população é muito mais evidente. No caso dos jovens nigerianos em Uruguai, cor e raça são apontados diretamente como características negativa para o resto da população. A maioria das vezes esses elementos são referidos para sublinhar os preconceitos e o forte viés racista da sociedade uruguiaia. Esses preconceitos são assinalados em diferentes âmbitos, desde o relacionamento com mulheres, até o vínculo empregatício.

Nos dois processos de integração destes migrantes, raça, cor, origem e autenticidade são elementos associados e que ao viabilizam simultaneamente a construção de uma identidade própria e um tipo particular de integração com a sociedade receptora. Contudo, esses elementos desenvolvem diferentes formas de integração. No caso da Venezuela, o processo até a aceitação do grupo se produz através da diferenciação e da ênfase nas características de uma forma particular de ser africano e uma forma particular de ser negro. Pelo contrario, no caso uruguiaio, esses elementos que a priori determinam a aceitação do grupo a partir da sua exclusividade, pareceriam que acabam dificultando uma completa integração, na medida em que os marcadores de acabam sendo marcadores de uma diferencia irreduzível entre nacionais e migrantes.

Migração e Refúgio, a procura por oportunidades

Os processos de negociação de identidades sociais e os processos de tramitação de estatutos legais não necessariamente coincidem, mas também não podem ser entendidos como independentes um dos outros. Eles tramitam por canais diferentes e estão vinculados a categorias de reconhecimento diferentes. A regularização jurídica destas pessoas tem como objetivo a viabilização da sua permanência e sua integração. Habilitam uma série de elementos como o acesso a emprego ou, no caso dos refugiados, aos diferentes serviços de assistência, aportam legitimidade às formas de integração social e até certo ponto as condicionam, mas não as esgotam. Assim o entende Leonard,

ao explicar como ele enxerga o processo de regularização da sua permanência na Venezuela.

Todo no debe basarse, todo, a un ser humano, no debe quedarse en papel. A un ser humano le hace falta mucho más que papel. El conocimiento, yo creo que es bastante. Y mucha gente son testigo que esos ocho muchachos que están acá, de verdad, si tienen apoyo, si tienen el apoyo que ellos están pidiendo tienen mucho para dar.

Nos dois casos que analisamos, as formas de reconhecimento, social e legal se processa em tempos diferentes e de formas inversas. Esta divisão entre dois âmbitos diferentes não é estabelecida de forma explícita por seus protagonistas, mas a distinção é clara nas formas de referir as vantagens e dificuldades de integração na nova sociedade. Nos primeiros encontros, de características mais formais, os depoimentos tinham um caráter particularmente voltado para uma imagem positiva seja da Venezuela ou de Uruguai. Na medida em que tivemos acesso a conversas mais informais em que resultava mais fácil a referencia a dificuldades de integração e críticas a sociedade receptora, começaram a se diferenciar esses os âmbitos legal e social, sendo avaliados de forma diferente.

Na Venezuela, o reconhecimento por parte da comunidade, mesmo com as ressalvas que apontamos antes, foi mais rápido e é descrito pelos próprios “africanos” como um processo de acolhida e integração. Isto é contraposto à frialdade e prepotência dos procedimentos administrativos e de seus funcionários. A generosidade da população de Soro e Irapa, entendida como dádiva, é contrastada à falta dos direitos e garantias esperados por eles para quem conta com o estatuto de refugiado, noções criadas a partir de outras realidades como a canadense ou a francesa, conhecidas através de relatos de familiares ou de outras pessoas que se encontram nesses países.

Com algumas diferenças, todos os entrevistados na Venezuela se posicionam de forma crítica em relação ao tipo de tratamento recebido pelas autoridades no momento da chegada e posteriormente às facilidades oferecidas pela obtenção do estatuto de refugiados. Fundamentalmente aqueles que têm família na Venezuela, Sebastian, Joseph e Leonard referem alguns direitos que seus filhos teriam, com serviços de saúde, fraldas ou alimentos, mas que não

estão sendo recebidos. Mas as referências à falta desse tipo de benefícios matérias não esgota as formas em que eles enxergam seu lugar de refugiados na sociedade venezuelana. Muito mais do que um lugar de privilégios ou de assistência, o refugio é enxergado idealmente como uma lugar de oportunidades para se integrar à uma nova sociedade. Assim o explica Leonard,

En la mayoría de los países del mundo, sabemos que los refugiados quieren ganar todo así, todo fácil. Nosotros, estamos viviendo aquí sabemos como es Venezuela. No estamos pidiendo que nos brinden todo, regalo, no. Estamos pidiendo que nos den oportunidad de trabajo. De desarrollar lo que uno sabe hacer.

Ao contrário, o Uruguai é descrito pelos quatro jovens nigerianos como um lugar cheio de oportunidades a serem aproveitadas. A regularização da documentação é vista como uma condição prévia para o aproveitamento dessas oportunidades. Assim os processos de integração podem ser considerados inversos para os dois casos. Os discursos mais estruturados também referem a uma imagem positiva do país. As críticas e as dificuldades apontadas referem ao racismo e as dificuldades de se entender com os uruguaios, em diferentes níveis. Os “uruguaios” nunca conformam uma categoria única ou homogênea, as críticas referidas a eles são diferentes, segundo referem às mulheres, aos jovens, aos chefes. Ao contrario do que no caso da Venezuela, os órgãos administrativos e fundamentalmente a policia são referidos positivamente em contraposição as instituições da sociedade civil, supostamente destinadas a orientá-los. Neste sentido, as dificuldades de integração real são referidas à personalidade dos uruguaios e fundamentalmente ao racismo. Isto reflete por exemplo, nas oportunidades laborais que são deixadas de lado pela maioria dos jovens uruguaios, mas aproveitadas por eles.

El lunes cuando llegué al trabajo, mi patrón me despidió, me quede sin trabajo toda la semana, hasta el viernes que conseguí otro trabajo. Otro trabajo mejor, por eso no puedo ir para Montevideo, tengo que trabajar el sábado. El capataz es un racista, yo ya sabía desde antes. Pero este trabajo es mejor. Acá en Maldonado no se sufre mucho para conseguir trabajo, sólo si no se quiere trabajar.

Conclusões

Grande parte do debate atual em relação às migrações gira em torno ao aumento dos movimentos de população e às formas de abordar os problemas decorrentes deles. Fala-se do momento em que vivemos como “a era das migrações”, mas essa imagem não corresponde aos dados numéricos em relação ao número mundial de migrantes, que porcentualmente se mantém entre um 2,5% e um 3% da população mundial; a mesma porcentagem que 100 anos atrás (de Haas, 2005). Assim as mudanças não correspondem tanto ao número de migrantes, mas à forma em que essa mobilidade é vivida e enxergada. Algumas características da era da globalização, como o avanço nos meios de comunicação e a redução dos tempos e das distâncias entre diferentes pontos do globo geraram a idéia de um aumento indiscriminado dos processos migratórios.

Esta idéia de um aumento da mobilidade e dos movimentos de pessoas está fortemente associada a uma organização espacial que divide o mundo em polaridades norte e sul, ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, brancos e não brancos. Está também associada à idéia dos movimentos migratórios e fundamentalmente dos migrantes como uma “ameaça” às sociedades receptoras e por tanto vinculada à crescente legislação que limita o ingresso fluxos migratórios, criminalizando a migração irregular (Ibrahim, 2005). No que refere às migrações forçadas, também tem existido um enfraquecimento das políticas dirigidas aos refugiados em vários países. Isto se evidencia o crescimento no número de campos destinados a eles, que restringem os movimentos dos refugiados na procura de segurança (Black, 2004).

O processo de criminalização e *seguritização* dos movimentos migratórios se evidencia claramente nos países desenvolvidos de Europa e América do Norte, mas a idéia do movimento migratório enquanto um processo que se contrapõe a unidade do corpo social, associada a uma tradição nacional é um fenômeno global. Contudo, esses processos de associação entre estrangeiros, diferenças culturais e ameaças ao corpo social adquirem diferentes configurações e significados em cada contexto social específico. Eles têm relação com características objetivas e subjetivas da sociedade receptora, assim como com os mecanismos institucionais e informais que cada sujeito tem possibilidades de mobilizar. Vemos então que não é possível falar numa única

categoria de migrantes. Além das diferenças em cada sociedade de recepção, as diferentes situações de cada imigrante, origens nacionais, étnicos, línguas, idade e gênero são variáveis envolvidas neste processo de integração.

Através de uma perspectiva etnográfica, analisando o deslocamento a partir da visão das pessoas envolvidas no processo migratório e as pessoas nas comunidades de destino, apresentei dois casos com suas particularidades. Para além das idéias preconcebidas que tendem a simplificar as relações entre a população receptora, os migrantes e os poderes públicos, estes casos permitem observar o fenômeno migratório desde uma perspectiva global que não pressupõe uma direção norte-sul. Tentei assim por em relevo os processos de construção de significados desde realidades locais em conexão com uma visão do mundo global e multilocalizada.

Bibliografia

ADEPOJU, ADERANTI. 2005 A. "Migration in West Africa". Global Commission on International Migration.

ADERANTI ADEPOJU. 2005 B. "Review of Research and Data on Human Trafficking in sub-Saharan Africa". *International Migration* Vol. 43 (1/2) 2005

ADEPOJU, ADERANTI. 2004. "Changing Configurations of Migration in Africa". <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=251>>

ADEPOJU, ADERANTI. 2003. "Continuity and Changing Configurations of Migration to and from the Republic of South Africa" *International Migration* Vol. 41 (1)

BILGER e KRALER. 2005. "Introduction: African migrations. Historical perspectives and contemporary dynamics". Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien Nr. 8/2005, 5. Jg.

BLACK, RICHARD. 2004 "Migration and Pro-Poor Policy in Africa" Development Research Centre on Migration, Globalization and Poverty. Arts C-226.

CARLING, JØRGEN. 2005. "Trafficking in Women from Nigeria to Europe". <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=318>>

DE HAAS, HEIN. 2005. "International migration, remittance and development: myths and fact". Global Migration Perspectives GCIM 30 <<http://www.gcim.org>>

DELGADO RUIZ, MANUEL. 2003. "¿Quien puede ser "inmigrante" en la ciudad?" In: Exclusión Social y Diversidad Cultural. Donosita: Tercera prensa: 9-24.

DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE ON MIGRATION, GLOBALIZATION AND POVERTY AUGUST. 2004. Migration in West Africa. Summary of key findings.

- DRUMTRA, JEFF. 2003. "West Africa's Refugee Crisis Spills Across Many Borders". <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=148>>
- GILROY, PAUL. 2001. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION (GCIM). 2005. Reunión Regional para la Américas.
- IBRAHIM, MAGGIE. 2005. "The Securitization of Migration: A Racial Discourse" *International Migration* Vol. 43 (5) 2005
- INTERNATIONAL MIGRATION ORGANIZATION (IMO). 2005. "Costs and Benefits of Migration".
- INTERNATIONAL MIGRATION ORGANIZATION (IMO). 2007. "Guidelines on the allocation of responsibilities to seek the successful resolution of stowaway cases"
- UNITED NATIONS. 2006. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. www.unpopulation.org
- PELLEGRINO, ADELA. 1994. La propensión migratoria de los jóvenes uruguayos. INJU – CEPAL – OIM: Montevideo.
- PELLEGRINO, ADELA. 1988. "La inmigración uruguaya en Venezuela" In: Fortuna e Niedworok. "Uruguay y la Emigración de los 70". Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.
- SAYAD, ABDELMALEK. 1998. *A imigração*. São Paulo: EDUSP.